

ESTADO, CIDADANIA E NACIONALISMOS: O CASO DE ANGOLA

ANTÓNIO CUSTÓDIO GONÇALVES*

1. Orientações epistemológicas

As temáticas das identidades culturais e étnicas, dos nacionalismos, do Estado, da cidadania e das transições democráticas, associadas às dinâmicas do desenvolvimento, continuam a dominar profundamente as sociedades e os poderes na África Subsariana. Assiste-se, um pouco por todo o lado, à persistência de políticas e conflitos étnicos, aos apelos aos sentimentos étnicos sob uma forma de manipulação das eleições e de acesso fácil ao poder. Os principais efeitos induzidos por estas práticas são o ressurgimento da etnicidade, a politização e o recurso aos poderes governamentais para promover a concorrência inter-étnica, com a inevitável multiplicação da espiral de conflitos inter-étnicos, tidos como constitutivos dos sistemas sociais locais e motores das regulações recorrentes dos fenómenos políticos.

Como explicar este retorno das identidades culturais e étnico-nacionais? Qual é o papel das instituições do Estado e da sociedade civil na continuidade ou no ressurgimento destas identidades, na liberalização política ou na construção da cultura democrática? Como elucidar a questão da construção da democracia e explicar os conflitos induzidos pelas transições democráticas e a revitalização das sociedades pluriculturais e pluriétnicas?

Relativamente à análise destas questões, os contributos recentes e interdisciplinares da antropologia, economia, história e sociologia por parte de especialistas em questões africanas revelam-se importantes, sobretudo pelo questionamento de algumas visões etno e socio-cêntricas da história e das mutações em África, pelas rupturas epistemológicas nos modelos conceptuais e teóricos. O contributo das ciências sociais num domínio tão sensível e complexo como este, afigura-se necessário, na medida em que pode projectar nova luz sobre as dinâmicas sócio-políticas dos processos de identificação e de reivindicação étnica do poder, sobre a questão da construção das democracias e explicar e também, numa perspectiva da sociologia da acção e da intervenção, prevenir os conflitos induzidos pelos afrontamentos inerentes ao reforço da dimensão pluricultural e pluri-étnica das sociedades africanas.

* Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

O objectivo principal desta comunicação é mostrar que as dinâmicas do desenvolvimento e da globalização estão ligadas a identidades e alteridades sociais e culturais, que marcaram profundamente as diferentes sociedades da África Subsariana; e que, ao contrário das perspectivas de análise essencialistas e nacionalistas, sob a bandeira de pretensas “autenticidades”, ou de diversos nativismos ligados a “neo-negrismos” e a “neo-fundamentalismos”, subjacentes a estruturas rígidas, fixistas e lineares, essas identidades e alteridades devem ser analisadas numa perspectiva histórica de longa duração, como processos e como estratégias.

Assim, analisam-se duas lógicas da construção das identidades culturais: por um lado, a lógica dos sistemas, com o objectivo de assegurar convergências, arranjos políticos, numa perspectiva de integração/adaptação e numa visão essencialista; e, por outro lado, a lógica dos actores sociais, ligada à inovação e à produção de sentido, numa visão construcionista, com os objectivos de cooperação e de participação, o que supõe a partilha de conhecimentos, de saberes, de projectos em que cada um está implicado e que gera solidariedades, numa conjugação dinâmica entre identidades culturais e sociedade civil, através da indispensável diversidade de opiniões, atitudes e comportamentos e do necessário respeito das alteridades plurais.

2. A gestão política da heterogeneidade dos grupos sociais

O debate sobre o Estado, cidadania, poderes e nacionalismos, associado a problemas de crises do Estado e a crises das democracias e do desenvolvimento, é de toda a actualidade e importância.

Durante os movimentos de libertação e logo após as independências, o objectivo foi a criação do Estado e a filiação em organismos internacionais. A construção da nação continua a ser problemática.

As crises do Estado e as crises das democracias e do desenvolvimento podem sintetizar-se nos seguintes factores:

- Erosão do Estado com grande dependência internacional: FMI e BM;
- Debilidade económica e estrutural, instabilidade política e marginalização de alguns países africanos na política internacional;
- “O imperialismo da racionalidade económica” ou o discurso da autarcia e isolamento (neo-negrismos);
- Subjugação das identidades culturais às leis do mercado (globalização no sentido fraco);

Aumento das pressões internacionais sobre o respeito dos direitos humanos;

Programa de Ajustamento Estrutural (PAE): económico – efeitos perversos para a grande maioria da população; mega desenvolvimento urbano. Desenvolvimento entendido na sua lógica linear e eurocêntrica de produção ou, pelo contrário, numa lógica de humanização produtora de novos modos de vida na matriz do desenvolvimento social e cultural.

A centralidade das estratégias sociais e culturais sobre as estratégias económicas: problematizar a maximização das políticas económicas dirigidas por instituições tecnocratas; e a adequação de racionalidade económica e da inovação tecnológica à criatividade dos valores culturais africanos;

O papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura da cidadania. Criação de novas solidariedades a nível de participação e cooperação.

3. Relações entre Poder(es) e Sociedade Civil

3.1. Nacionalismo

O poder colonial manipulou os grupos sociais, chamados “etnias”.

(Visão eurocêntrica, visão racista (a raça branca), visão racionalista (nós/eles): exemplo; os Missionários no Ruanda e no Burundi, e os Tutsis e Hutus; a colonização alemã e a colonização belga; e, igualmente, o caso da colonização portuguesa.)

Os poderes logo após a independência foram exacerbados pelas clivagens e guerras. (FNLA, MPLA, UNITA); pela contestação da sociedade civil, da opinião pública (jornalistas), das organizações não governamentais (entre outros a Caritas, e a sociedade de direitos cívicos), das sociedades religiosas – movimento ecuménico; e por fenómenos de corrupção mafiosa.

Por outro lado, a sociedade civil não se apresenta una e sem relações directas com os poderes políticos. Assim, a relação entre poder individual e poder social, entre poder único e poder múltiplo, entre consenso e autocracia é uma relação ambivalente.

Se no caso de São Tomé e Príncipe, quanto à questão da legitimidade do poder, a partir de 1988, o MLSTP partido único, decidiu dialogar com a sociedade civil, em Angola e Moçambique dificilmente tal aconteceu.

Além disso, a questão da liberdade da sociedade civil está condicionada por projectos de Ajustamento Estrutural desarticulados com o reajustamento dos padrões de vida e dos valores morais e culturais que regem os comportamentos dos produtores. Neste sentido, são fundamentais as problemáticas sociais e culturais do desenvolvimento: novos modelos de capital social, de valores democráticos.

A noção de nacionalismo é ainda mais complexa. Encontra-se estreitamente associada a conceitos de nação e de etnia, cujas ambiguidades e preconceitos são evidentes. O conceito de nação está intimamente associado à apropriação e estruturação de um espaço nacional em conjunção com o conceito de desenvolvimento. Utiliza-se geralmente, com graves prejuízos, em íntima conexão com a edificação de Estados-Nação, conquanto nada autorize que um nacionalismo seja obrigado a vazar-se sempre na construção do Estado. Preferimos entender, por isso, nacionalismo como um movimento social e cultural que encontra na reivindicação nacional, dos símbolos à própria exigência de um Estado Nacional, uma construção ideológica. Continuando a utilizar esta noção de ideologia nesse sentido marxiano, ainda válido, de formação de um programa ideológico com expressão social própria, da expressão de classe à expressão de meios sociais. Torna-se, por isso, necessária a dissociação das identidades étnicas e culturais em relação ao poder político, para não se cair no etno-nacionalismo que surgiu muitas vezes, ao longo da História, como um instrumento nas mãos das elites intelectuais e do Estado. O que se trata nesta comunicação é de perseguir o processo que relaciona esta ideologia com aquela identidade.

O debate sobre o nacionalismo foi influenciado pela interpretação ideologizada do fenómeno étnico (ideologias impostas do exterior e do interior: aquelas parecem sobrepor-se a estas). Hoje, mais do que nunca, as ideologias são impostas aos Estados, mais do que construídas.

Os factores para a construção da Nação, tais como: língua, território, cultura, origem comum de parecem insuficientes; a contrário, poucos Estados poderiam considerar-se Nações.

Outros factores: por exemplo as funções do mercado como cimento das relações inter-comunitárias. A articulação dos territórios (espaços de troca económica) far-se-ia mais em função das regras económicas de troca do que da língua ou culturas comuns.

Num primeiro período (c. 1986), o objectivo principal é criar o Estado e consolidar a Nação. Afirmção das identidades próprias: quase todos os Movimentos de Libertação Nacional adoptaram como suas as teses europeias sobre a libertação nacional e a construção do nacionalismo.

Num segundo período, após 1986, assiste-se á introdução dos Programas de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

3.2. Formas de expressão das identidades culturais e nacionalistas

Retomamos aqui sobre esta temática o que já escrevemos anteriormente na Revista Africana Studia (nº 2, 1999).

Após a conferência de Berlim, podem distinguir-se claramente, entre outros, dois eixos problemáticos que organizam a comunicação entre identidades e nacionalismos em Angola:

A especialização de uma política proteccionista, concretizando, em termos económicos, o desenvolvimento do colonialismo;

O aparecimento de formas organizadas de oposição à dominação colonial que, como a voz reivindicativa dos «Filhos do País», podem, pelo menos, autorizar a discussão acerca da fundação de um processo mais largo de emergência do proto-nacionalismo.

3.2.1. *A política proteccionista e o desenvolvimento do colonialismo*

A Conferência de Berlim foi determinante quanto à ocupação efectiva dos territórios de cada potência europeia e, consequentemente, quanto à exploração colonial, sobretudo no respeitante ao recrutamento da mão-de-obra, donde resultaram os grandes conflitos sociais. As funções do mercado, espaço de troca económica, e do território, forma factores importantes para a construção da Nação, talvez mais do que a língua, a cultura e a origem comum.

São de referir dois períodos que marcam uma nova filosofia da política de integração dos angolanos na sociedade colonial: a implantação da República em Portugal e a acção política de Norton de Matos.

O dever do trabalho forçado ficou consagrado através de diversos regulamentos e códigos de trabalho.

Desde a abolição do tráfico de escravos existiu um conflito latente entre os interesses locais angolanos com ligação aos capitais brasileiros e os compromissos internacionais do governo da metrópole. Esse conflito manifestou-se igualmente entre a burguesia metropolitana e a burguesia estabelecida no litoral e no sertão. A eliminação gradual do tráfico trouxe um declínio da prosperidade e do estatuto económico, social e político das elites afro-portuguesas, sobretudo em Luanda e Benguela. Nas décadas de 1880 e 1890, houve uma importante recuperação à base da comercialização de produtos recolhidos ou cultivados pela população do interior: a cera, o marfim, o café e especialmente a borracha e à redução das tarifas aduaneiras¹.

A situação económica e social tornou-se precária, devido à concorrência dos colónos europeus e aos novos impostos, muito pesados e injustos, que recaíam sobre a população local. Em 1881, por exemplo, é de referir uma petição de 70 chefes de

¹ "Tenho sustentado constantemente em todas as Juntas Geraes da Provincia, que para augmentar as receitas aduaneiras e desenvolver em grande escalla o commercio d'esta colonia, é indispensavel reduzir as suas tarifas a uma pequena percentagem. [...] Brandaremos aqui bem alto, como já o temos feito em todas as Juntas Geraes da Provincia e outros logares: *querem sinceramente o desenvolvimento do commercio e a diminuição do contrabando? Reduzam os direitos de entrada.*" PRAZERES, E. A. dos - *A pauta das alfândegas de Loanda, Benguella e Mossamedes approvada por decreto de 16 de Abril de 1892*, p. 3 e 8. Trata-se de um documento importante que não vi citado pelos especialistas destas questões.

família de Luanda à Fazenda Pública protestando contra o aumento injustificado dos impostos. Várias populações do interior reclamavam contra o poder despótico das oligarquias mestiças mais poderosas das duas principais cidades. O Estado introduziu uma série de leis tributárias que forneceram à administração colonial uma nova fonte de rendimentos. Tais leis, no entanto, provocaram efeitos perversos como, por exemplo, o trabalho forçado e a emigração clandestina para o Zaire (actual República Democrática do Congo), Rodésia do Sul (Zimbabwe) e Namíbia.

A influência deste tipo de comércio europeu na segunda metade do séc. XIX gerou várias consequências sociais sobre que importa reflectir. Repare-se que produtos, como a borracha, o café ou o amendoim, podiam ser procurados e explorados por qualquer indivíduo, fazendo com que vários novos grupos sociais com acesso aos circuitos comerciais pudessem acumular competências económicas e sociais suficientes para afirmar a sua independência face às autoridades políticas tradicionais africanas; situação esta que se podia obter, entre outros casos, graças ao crédito de comerciantes europeus para liderar caravanas para o interior.²

A rentabilidade deste comércio dependia, no entanto, da importação de bens industriais (tecidos, armas, etc.) para troca com os referidos produtos. Os comerciantes portugueses tinham, a partir dos antigos circuitos esclavagistas, intensificado a penetração para o interior e alargado a base do seu "hinterland" comercial, como se verifica com o exemplo típico dos comerciantes que, a partir de Silva Porto, se estabeleceram no Bié e, daí, para o leste de Angola.

A rentabilidade dependia também de uma política livre-cambista. As pautas ultramarinas deveriam ser específicas: o interesse dos comerciantes locais privilegiava a libertação de direitos das mercadorias (portuguesas ou outras) importadas para alimentar o tráfico.

Os interesses da indústria metropolitana forçaram uma revisão pautal em sentido contrário. O ministro Oliveira Martins promulgou em Janeiro de 1892 uma pauta aduaneira que, para proteger a indústria textil algodoeira, agravava fortemente os impostos sobre os têxteis ingleses. Os comerciantes estabelecidos em Luanda e Benguela sentiram-se fortemente lesados porque, em muitas regiões, os têxteis constituíam uma das bases da troca com os produtos locais. Um dos seus argumentos era que uma tal pauta seria contrária aos interesses do fisco, devido ao contrabando feito a partir do Zaire. Pior ainda, os interesses do estado português seriam ainda mais lesados com o desvio das rotas e até das populações para o Estado Livre do Zaire.³

² Eduardo Ayála dos Prazeres refere, a propósito dos inconvenientes das pautas exageradas, [...] a dificuldade de arranjar dinheiro para pagamento de direitos... o que muito entrava o commercio, além da redução do consumo, consequencia necessaria da elevação de preços - Op. cit. p. 9.

³ Veja-se Eduardo Prazeres, op. cit., p. 7-9. Refere ainda, a este propósito, o mesmo autor, "a pauta da provincia parece feita, mais para proteger os interesses dos nossos vizinhos e concorrentes de que para nosso beneficio." - Op. cit. p. 11.

⁴ Veja-se Relatório e Contas da Gerência de 1897. Parecer da Comissão Revisora da Associação Industrial Portuguesa, p. 13-15.

Outro foco de conflito baseava-se no estabelecimento de capitais industriais em Angola. Os capitais industriais metropolitanos, especialmente do têxtil, sempre viram essa possibilidade como a pior das ameaças.⁴ O conflito agudizou-se a partir de 1900 devido à crise do comércio da borracha que alimentava grande parte da procura de têxteis metropolitanos em Angola, ocasionando uma forte contracção.

A permanência de conflitos comerciais e o bloqueio metropolitano aos capitais industriais angolanos começou por opor apenas fracções da burguesia da metrópole e da burguesia local. Nos últimos anos da monarquia, este conflito foi intensificado com o estabelecimento de grandes capitais estrangeiros que criaram refinarias, conservas de peixe e outros estabelecimentos industriais em Angola, como são os casos conhecidos da CUF e da DIAMANG. Estes investimentos estão também ligados à criação do Ministério das Colónias, em 1911, e à decisão política de promulgar, em 1914, uma lei estabelecendo que a estrutura financeira das colónias deveria passar a assentar nas suas próprias receitas fiscais. A intensificação da exploração do trabalho forçado das populações locais tornou-se cada vez mais importante para sustentar estas novas realidades económicas, podendo lembrar-se, a propósito, a acção de Norton de Matos que, entre 1912 e 1914, como governador-geral, e, mais tarde, de 1921 a 1924, como alto-comissário, tentou limitar estas formas de trabalho, sem grandes resultados, embora com a suspensão do Código de Trabalho Indígena de 1911. Norton de Matos proibiu igualmente vários jornais angolanos e limitou as possibilidades de promoção dos funcionários assimilados. A este propósito, são significativos movimentos reivindicativos tais como a insurreição dos Bakongo (1913-1915), a revolta do Kwanza Norte (1916-1917) e a revolta de Catete (1922). Entre 1922 e 1925 houve apenas algumas manifestações contra o trabalho forçado na região entre Luanda e Malange.

Em suma, em todo este período assiste-se à progressiva subjugação das identidades nacionais angolanas culturais às leis do mercado colonial, incluindo a profunda alteração das condições sociais tradicionais de divisão social do trabalho. Trata-se, assim, de uma contradição de longa duração entre o investimento económico colonial e as estruturas sociais e económicas do mundo social tradicional que oferece um amplo campo de potenciação não apenas dos afrontamentos sociais, mas também da emergência de reivindicações localistas com capacidade para enformarem modalidades de proto-nacionalismo local, regional e geral.

3.2.2. A formação de uma consciência nacional

Neste contexto de resistência à dominação colonial e para a afirmação da consciência das identidades culturais e nacionalistas angolanas, devem salientar-se, entre outras, quatro formas fundamentais de expressão desta consciência: os movimentos literários angolanos, as instituições de ensino e de formação das elites angolanas, as associações cívicas e culturais e os movimentos ditos nativistas, religiosos ou messiânicos.

Movimentos Literários Angolanos

Os conceitos que normalmente se convocam para discutir estas correntes culturais, que sobrelevam temas em torno da angolanidade e do nativismo são problemáticos, como é o caso da dicotomia “nativo” *versus* “gentio”... ou ainda das clivagens entre “Filhos da Terra” e populações rurais negro-africanas sensíveis à cristianização. A qualificação conceptual destas questões parece-me insuficiente no estado actual das investigações.

Filhos da terra: os segmentos intelectuais, sobretudo em Angola e Cabo Verde exprimiam o sentimento colectivo de portadores de valores próprios, associados à emergência de identidades nacionais e à futura independência. Trata-se de um movimento que antecedeu o nacionalismo propriamente dito, moderno e mais elaborado e cultivado. Os protagonistas destes movimentos não dispunham de latos níveis de escolaridade, assumiam, por vezes posturas religiosas sincretistas, e mantinham uma posição política e ideológica ambígua quanto ao sistema colonial.

Seja como for, o estudo de fontes literárias e da imprensa, como é o caso exemplar da «*Gazeta de Luanda*», parece, de facto, exibir uma dualidade inevitável entre movimentos associados aos «Filhos do País», nitidamente de extracção elitária e urbana, em oposição às correntes que se costumam ler em torno da ideia de «Gentios» ou populações rurais. Trata-se, talvez, de oposições excessivamente evidentes para merecerem um sancionamento científico imediato, obrigando a alargar objectos, temas e problemas de investigação. Este alargamento, para além dos problemas culturais e sociais gerais, deve destacar a obra colectiva *Voz de Angola Clamando no Deserto, Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, livro emblemático da geração nacionalista que revela elevado grau de consciência identitária da Liga Angolana e da Liga Nacional Africana; e sublinhar igualmente o papel de reivindicação social do Jornal “*O Negro*” em que se impõe, por exemplo, o nº 3 com o sonante artigo “*Um protesto: a Liga Ultramarina e o problema da representação colonial*”.⁵ Refiram-se ainda outras publicações importantes como o *Arauto Africano*, o *Angolense* e *Luz e Crença*, esta última de publicação efémera (1902-1903).

A debilidade contraditória da sociedade colonial, impossibilitada de desenvolver as populações rurais e incapaz de administrar eficazmente o vasto território de Angola, provocou o florescimento de uma pequena burguesia, sobretudo em Luanda, que se afirmou na defesa de valores que podemos definir em torno de uma identidade angolana. Desde meados do séc. XIX, o despertar nacionalista angolano conjugou-se com as reivindicações da identidade cultural angolana por parte também do chamado movimento de intelectuais mestiços. Intelectuais e jornalistas associaram-se sobretudo nas cidades de Luanda e Benguela, em Angola, e na cidade de Lisboa, numa sinergia de tradição de oposição europeia e de construção de identidade angolana.

⁵ Recorde-se que a Liga Ultramarina, organizada em Lisboa em 1910, a que se seguiu a Liga Colonial, foi fundada com o objectivo de “servir de laço fraternal à união de todas as colónias, promovendo a defesa dos seus legítimos direitos e empenhando-se em elevar o seu nível intelectual e moral”.

O analfabetismo maciço contrasta com o isolamento dos “assimilados”. O despertar das reivindicações políticas emerge das identidades culturais. As várias formas de expressão das identidades culturais estão associadas à consciência fragmentária do nacionalismo.

O jornalismo oitocentista angolano assume duas fases. A primeira, ainda incipiente e amadora, abrange um vasto leque social, desde agricultores e empregados comerciais a médicos, professores, universitários e magistrados judiciais, como refere Castro Lopo.⁶ Trata-se de uma “imprensa livre” que, enfatiza as contradições das tentativas de consolidação da ocupação colonial e o declínio da hegemonia económica, política e cultural, das camadas mais representativas da sociedade angolana. A segunda fase caracteriza-se por um jornalismo de oposição eminentemente polemista, dissecando as várias formas de conflitualidade social, desenvolvido pela elite dos “Filhos do País” .

Refiram-se apenas dois nomes que se impuseram na construção de um quadro de referência societária na literatura com um enfoque de angolanidade: Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894), natural de Icolo-e-Bengo, figura proeminente do séc. XIX, que Mário António considera “o pai da literatura nacional angolense”⁷; e António de Assis Júnior (1887-1960), natural do Golungo Alto. Do primeiro destaquem-se as seguintes obras: *Cartilha racional para se aprender a ler o Kimbundo, escrito segundo a cartilha maternal do Dr. João de Deus; Ensaio de Dicionário de Kimbundo-Portuguez; Philosophia popular em provérbios angolenses*. Do segundo saliente-se *Relato dos acontecimentos de Dala-Tando e Lucala* sobre a assunção da defesa dos naturais da Quissama contra os proprietários portugueses do Cazengo; *O Segredo da Morta*; e *Dicionário Kimbundo-Português*. Esta corrente de interesse compósito pela cultura tradicional angolano, do lexical ao etnográfico, estende-se também a autores nascidos em Portugal, mas emigrados e estreitamente ligados às culturas angolanas. Visitem-se a partir da década de 1930, entre vários outros, as obras de dois escritores exemplares destas correntes: António Videira (*Talvez e Angola - dez postais angolano*.) e Tomás Vieira da Cruz (*Quissange-Saudade Negra; Tatuagem; Cazumbi*). Trata-se de sensibilidades literárias e culturais que se compreendem melhor com a ajuda dos trabalhos referenciais de Alfredo Margarido *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa* e de José Carlos Venâncio *Literatura e poder na África lusófona*, obras que se podem complementar no campo da história da imprensa com a investigação de Júlio de Castro Lopo: *Jornalismo de Angola subsídios para a sua história*.

Viriato da Cruz: Mário de Andrade a respeito de Viriato da Cruz, um dos fundadores, com ele próprio, do MPLA, disse: “Viriato da Cruz, tendo o complexo de mestiço era mais um homem da sombra, da organização na sombra. Era um líder, mas que não se sentia suficientemente apoiado pelas massas negras para ser chefe.” 1997 *Origens do Nacionalismo Africano*, pag. 181.

⁶ LOPO, J. de C. - *Jornalismo de Angola*, p. 25.

⁷ ANTÓNIO, M. - *A Sociedade Angolana do Fim do Século XIX e Um Seu Escritor*.

O nacionalismo em Angola: finais dos anos 50 e princípios dos anos 60, os países africanos ascenderam à independência por uma via mais ou menos pacífica. No entanto, na África da colonização portuguesa houve sempre a recusa de negociações entre os movimentos nacionalistas e o governo português. Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara chegaram a enviar um memorando ao governo português em Junho de 1960 solicitando conversações sobre o futuro de Angola, mas não obtiveram resposta.

Na Literatura Africana Contemporânea, autores como Luandino Vieira, Manuel Rui, Pepetela, Uanhenga Xitu (Mendes de Carvalho), entre outros, criticam a personalização do poder e a etnização.

Instituições de formação das elites angolanas

A especialização da investigação destes temas deve também compreender algumas instituições educativas com importância crescente na formação de elites angolanas, como são os casos do Seminário-Liceu de Luanda (1907-1919) e, posteriormente, do Liceu Salvador Correia, criado em Fevereiro de 1919. Destas duas prestigiadas instituições saíram, como se sabe, alguns dos principais líderes do nacionalismo angolano, como Américo Machado, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Joaquim Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Mário António Fernandes de Oliveira, Manuel Joaquim Mendes das Neves e tantos outros⁸.

3.2.3. Associações Cívicas e Culturais

Importante se mostra também seguir a criação e o desenvolvimento de associações em que o cultural e o nacional se conjugam cada vez mais, como ocorre, desde 1912, com a criação da Liga Angolana que mais tarde deu origem à Liga Nacional Angolana, bem como, em 1913, a fundação do Grémio Africano, mais tarde denominado Associação Regional dos Naturais de Angola⁹. Norton de Matos, em 1922, suspendeu a Liga Angolana e o Grémio Africano, ordenou a detenção de António de Assis Júnior e deportou vários membros da Liga Angola. Em 1931 fundiram-se estas duas organizações sob o nome de Movimento Nacionalista Africano¹⁰. Estas duas organizações, constantemente ameaçadas pela administração colonial, suspenderam as suas actividades a partir de 1925 até finais da década de 40, data da chegada maciça de colonos portugueses. Os angolanos tornaram-se estrangeiros no

⁸ Para um maior desenvolvimento deste assunto, veja-se GABRIEL, M. N., KAMBWA, A. , GONÇALVES, A. C. - Subsídios para a história do Seminário de Luanda.

⁹ A fundação, em 1912, da Junta de Defesa dos Direitos de África, dirigida por intelectuais Santomenses teve pouca expressão. Um ramo dissidente da Junta fundou em 1919 a Liga Africana.

¹⁰ Note-se a ambiguidade da palavra "nacionalista" usada no sentido ideológico de "nação portuguesa".

seu próprio país, constituindo a sua capacidade produtiva a única função importante para a administração colonial.

Mário Pinto de Andrade sintetiza modelarmente esta primeira fase da emergência do nacionalismo angolano relevando três características fundamentais: *a rejeição das resistências étnicas, impregnada de uma versão tutelar do "gentio"; a afirmação de um espaço social específico, produtos da cultura angolana em oposição simultânea com os espaços colonial e étnico; a leitura da realidade histórica influenciada pela componente humanista ocidental.*¹¹

Por último, o movimento sindical na África de colonização portuguesa não teve qualquer expressão devido ao sistema ditatorial que impedia a formação de sindicatos independentes, não só nas colónias, como em Portugal.

Mesmo as estruturas sindicais criadas pelos movimentos de libertação no exílio (ex: Liga Geral de Trabalhadores de Angola criada em 1961 em Leopoldville – Kinshasa pela UPS e filiada na *Confédération Internationale des Syndicats Chrétiens*; e a União Nacional dos Trabalhadores de Angola, do MPLA, pouco ou nenhum impacto tiveram entre os trabalhadores.

3.3. *Movimentos Nativistas e Messiânicos*

A vertente nativista, profética e messiânica, confundiu-se com a dimensão nacionalista.

Todo o programa de investigação sério sobre a génese do nacionalismo angolano nas suas várias vertentes - locais, nacionais, culturais, políticas e sociais - deve também estudar com mais atenção os chamados movimentos messiânicos africanos que, através de diferentes modalidades culturais difíceis de reduzir a uma única categoria analítica, tiveram, igualmente, importância na organização, pelo menos, de formas de consciencialização do nacionalismo. Estas formas de oposição ou de resistência à dominação colonial tinham uma forte implantação rural.

Estes movimentos estiveram associados às revoltas dos camponeses expropriados das suas terras, à proletarianização, à urbanização e a formas de protesto contra o aumento de impostos e à requisição de mão-de-obra barata.

A oposição ao regime colonial esteve associada à fraqueza inicial do estado colonial, ao seu regime autoritário, à falta de capitais portugueses e, consequentemente, ao recurso ao trabalho forçado e à política de assimilação.

Até 1914, a administração colonial foi bem instalada nas duas cidades do litoral: Luanda e Benguela; mas no interior a sua acção reduziu-se geralmente a uma política nominal dependendo de alianças frágeis e ambíguas com os chefes locais. Refira-se que até 1914 o país Ovambo no sul era independente; a leste na Lunda, as terras Tshokwe só foram ocupadas em 1920; a norte, entre os Bakongo, a oposição durou até 1919, enquanto que os Dembos só foram pacificados em 1918.

¹¹ ANDRADE, M. P. de - *Origens do Nacionalismo Africano*, p. 55.

A capacidade de extração de recursos por parte da metrópole dependia da mobilização e do controlo do trabalho forçado. É elucidativa, a este propósito, a transcrição de Silva Cunha sobre um Relatório oficial de 1893: “Nós precisamos da força de trabalho indígena [...]. O capital necessário para explorá-la, e ela precisa tanto de ser explorada, reside na procura de mão-de-obra abundante, barata vigorosa...”¹²

Neste contexto conceptual, parece-me emblemático o Movimento de Kimpa Vita, chefe tradicional da província do Soyo, no noroeste de Angola, nos princípios do séc. XVIII¹³. Trata-se de um movimento em que, ao poder recensear-se a recusa de estruturas e instituições impostas do exterior e a afirmação da simbiose da tradição e da modernidade, do multiculturalismo e da conjugação dinâmica de identidades e alteridades, se poderia perspectivar em torno de uma noção de proto-nacionalismo. Não o vou analisar, por estar fora do âmbito cronológico deste artigo, mas não posso deixar de sublinhar que, numa perspectiva braudeliana de longa duração, qualquer projecto sério de investigação da génese do nacionalismo angolano deverá visitar também este tipo de movimentos.

Na sequência e na lógica do Movimento de Kimpa Vita, desenvolveram-se, na primeira metade do séc. XX, vários movimentos de contestação social e política que se expandiram rapidamente das zonas urbanas ou periurbanas para o interior. Refiram-se, entre outros, os movimentos do Kimbanguismo, que a administração colonial perseguiu violentamente, nos princípios da década de 1920; o Matsouanismo, nos anos 30, e o movimento Mayangi/Nlevo, que desenvolveu a sua acção sobretudo em Cabinda, na década de 1930; a Revolta dos Mafulo em 1918, entre os Bakongo do norte de Angola, e que é considerado como o primeiro movimento messiânico angolano que apresentou a forma de revolta armada; o Kitawala, que se desenvolveu igualmente na década de 1930, na região leste de Angola; e o Tokoísmo que se expandiu em Angola a partir dos anos 50.

No entanto, mesmo nestes casos, as noções conceptuais disponíveis tendem frequentemente a unificar simplificadamente movimentações sociais, religiosas e culturais diversas...

Quanto aos novos movimentos religiosos, cultos sincréticos regionais e igrejas independentes nacionais, torna-se necessário sublinhar as seguintes vertentes:

- a associação do estatuto religioso de Igreja Universal e do particularismo etno-nacional;
- a preocupação de racionalização ética e da diabolização do outro;
- o retorno à pureza das tradições: fundamentalismo sectário;
- a individualização das crenças.

¹² CUNHA, J. M. S. da - *O trabalho indígena: estudo de direito colonial*, p. 144.

¹³ GONÇALVES, A. C. - *La symbolisation politique: le "prophétisme" Kongo au XVIII^{ème} siècle*.

Na análise destas questões, entendemos como fundamental a recorrência da modernidade e ambiguidade do factor religioso, que se traduz na ruptura com a tradição, mas que, a partir das independências, se orienta para neo-traditionalismos e fundamentalismos cristãos ou islâmicos.

4. CIDADANIA

O Estado pós-colonial não possuiu o monopólio do controlo da nação, das estruturas políticas e da sociedade civil.

A cidadania está subjacente ao processo de construção do Estado no contexto social, cultural e político europeu. Poder-se-á questionar se os conceitos de cidadania e de participação política no contexto africano em geral e em Angola em particular são conceitos que se entrecruzam frequentemente. Com efeito, se analisarmos a questão da cidadania como um conjunto de direitos e obrigações, de observância geral, geradoras de poder e responsabilidades escritas na lei, serão compatíveis com os do estatuto de senioridade que tradicionalmente rege o direito de participação política em África, em especial com os que se prendem com a diferenciação de direitos?¹⁴ Em muitos contextos africanos, o direito de participação política está antes e depois da instalação do Estado muito mais associado aos direitos advindos da senioridade do que aos da cidadania. A cidadania é normalmente vista como uma consequência da modernização das instituições estatais, exemplo, o caso dos "assimilados" no passado colonial e hoje nos sectores mais jovens e escolarizados da população e das camadas sociais urbanizadas.

A questão da cidadania, apesar de ainda pouco estudada para o contexto das sociedades africanas, aparece em discussão quando se analisa a actual modernização das relações entre o Estado e as estruturas políticas ditas tradicionais. Deste ponto de vista, a problemática da cidadania analisa-se, na maior parte das vezes, simplesmente associada à modernização do Estado e ao aumento da sua base de apoio, ou seja, agregada às iniciativas que o Estado toma na procura de alargamento do direito de participação nos assuntos políticos estatais a um maior número de indivíduos e camadas sociais. Esta perspectiva de análise situa as alterações das relações do Estado com as populações africanas numa dimensão evolucionista e redutora. Esta perspectiva restringe o conceito de participação política dos africanos à sua eventual intervenção na arena política das estruturas estatais, deixando de fora todos os outros planos de intervenção política e não tendo em consideração os sucessivos movimentos de recomposição religiosa e política.

Importa, pois, analisar a questão da emergência da cidadania nas relações tecidas pelos indivíduos com o Estado, tanto ao nível da participação política no interior das próprias instituições africanas como ao nível do interface destas com o Estado.

¹⁴ EISENSTADT, Samuel, 1997, *Fundamentalismo e Modernidade*, Celta.

O debate não deve situar-se em termos das oposições (modernista e tradicionalista ou etnicista), mas à volta das razões que suportam o fenómeno da invasão do espaço político estatal por actores políticos habitualmente vistos como incapazes de se desprenderem do casulo da sua tradicionalidade.¹⁵

Na tradição ocidental, um cidadão com livre arbítrio político aos 18 anos. Na tradição africana os processos são diferentes, se por um lado um conjunto de pessoas, sobretudo jovens que fizeram a escolaridade, acederam à cidadania no quadro do espaço político estatal moderno, por outro lado, os privilégios sociais e o papel político da senioridade não desapareceram, antes pelo contrário; chegada a hora da verdade, ninguém incluindo muitos daqueles que obtiveram a cidadania "à ocidental", directamente no quadro do espaço político estatal deixa de reivindicar para si as vantagens políticas, sociais e económicas da senioridade.

Para terminar, julgo que os desafios actuais à cidadania podem resumir-se nos seguintes aspectos:

O controlo que o aparelho de Estado exerce sobre os movimentos de oposição e as populações rurais;

O domínio sobre a organização das eleições;

O controlo sobre as forças militares e de segurança;

Inexistência de uma economia que suporte sistemas políticos pluripartidários e a falta de uma classe média forte e alargada;

A não-criação de um espaço económico político e social nacional;

A perda de autonomia dos Estados africanos em relação aos países industrializados, o que leva a um início de um novo ciclo de colonialismo ou, pelo menos, de neo-colonialismo.

A análise dos movimentos literários, dos movimentos profético-messiânicos e das associações cívicas e culturais e das instituições de formação das elites revelam a importância da centralidade das estratégias e das identidades culturais na reivindicação da angolanidade. O seu objectivo consistiu em mudar para inovar, numa interacção construcionista da tradição e da modernidade, minimizando assim os efeitos perversos das lógicas da importação de sistemas políticos, sociais e jurídicos e da globalização económica.

¹⁵ Mandami, Mahmood, 1996, *Citizens and Subject, Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Londres, James Currey.

Referências Bibliográficas

- A.A.V.V. - *Voz de Angola Clamando no Deserto, Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais* - Edições 70 - União dos Escritores Angolanos, 1984 (1ª ed., Lisboa, Typographia, 1901).
- AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (dirs) - *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*, Paris, la Découverte, 1985.
- ANDRADE, Mário Pinto de - «Correntes da prosa africana de expressão portuguesa», in *Antologia Temática, Prosa, Argel, 1967.*
- *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911: 1961 - Lisboa - D. Quixote - 1997.*
- ANTÓNIO, Mário - *A sociedade Angolana do Fim do Século XIX e Um Seu Escritor* - Luanda, Editorial Nós, 1969.
- CLARENCE-SMITH, Gervase - *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola, 1840-1926* - Cambridge Univ. Press - 1979.
- *The Third Portuguese Empire (1825-1975). A study in economic imperialism* - Manchester University Press, 1985.
- COHEN, Abner - *The Politics of Elite Culture. Explorations in the Dramaturg of Power in a Modern African Society* - Berkeley, University of California press - 1981.
- CUNHA, Joaquim M. da Silva - *O trabalho indígena: estudo de direito colonial* - Lisboa, Agência Geral Colonial, 1949.
- DAVIDSON, A. Basil et al. - «Política e Nacionalismo nas Áfricas Central e Meridional, 1919-1935», in BOAHEN, A. Adu (coord.) *História Geral de África VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*, ATICA/UNESCO, 1991, p. 679-715.
- EISENSTADT, Samuel, 1997, *Fundamentalismo e Modernidade*, Oeiras, Celta, 1997.
- GABRIEL, M. Nunes, KAMBWA, Augusto, GONÇALVES, António C. - *Subsídios para a história do Seminário de Luanda no Iº Centenário (1861-1961)* - Luanda - 1961.
- GONÇALVES, António Custódio - *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIIIème siècle*, Londres/Munique, Weltforum Verlag, 1980.
- "Analyse Sociologique du Tokoïsme en Angola" - *Anthropos*, 79, 1984, p. 473-483.
- "Identidades culturais e emergência de nacionalismo angolano" (c. 1885 - c. 1930) *Revista Africana Studia*, nº 2: 47-60 Porto, 1999.
- JÚNIOR, António de Assis - *Relatório dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala - 1917.*
- *O Segredo da Morta. Romance de costumes angolenses* - Luanda - Editora "A Lusitana" - 1935.
- LOPES, Carlos - *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance - pré-coloniais* - Lisboa - Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses - 1999.

- LOPO, Júlio Castro - *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda - CITA, 1964.
- MANDAMI, Mahamood, *Citizens and Subject, Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Londres, James Currey, 1996.
- MARGARIDO, Alfredo - "The Tokoist Church and the Portuguese Colonialism in Angola" in R. CHILCOTE (org.) *Protest and Resistance in Angola and Brazil* - Berkeley Univ. of California Press - 1972 - p. 29-72.
 - *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra de Jogo, 1980.
- M'BOKOLO, Elikia et al. - *Afrique Noire. Histoire et civilisations*. t. 2, Paris, Hattier, 1992.
- PÉLISSIER, René - *Les guerres grises: résistance et révoltes en Angola (1845-1941)* - Orgeval - Ed. Pélissier - 1977.
 - *La colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*
 - Orgeval, Ed. Pélissier - 1978.
- PRAZERES, Eduardo Ayala dos - *A pauta das alfândegas de Loanda, Benguela e Mossamedes aprovada por decreto de 16 de Abril de 1892* - Loanda, Typ. Cunha & Sobrinho, 1892.
- *Relatório e Contas da Gerência de 1897. Parecer da Comissão Revisora da Associação Industrial Portuguesa*, Lisboa, Papelaria e Typographia, Rua da Escola Polytechniua, 1898.
- VENÂNCIO, José Carlos - *Literatura e poder na África lusófona*, Lisboa, ICALP, 1992.